

página 3

QUEDA DE
BRAÇO

1. Vereadores ainda podem propor alterações ao texto pela Comissão de Planejamento Urbano e até durante a votação

2. Governo promete fazer uma análise criteriosa das emendas do Legislativo para evitar que projeto seja desfigurado

3. Bancada da oposição, formada pelos quatro parlamentares do PSDB, apresentou 16 propostas de alterações ao texto

Revisão da Lei de Zoneamento recebe 66 emendas na Câmara

Projeto do prefeito Carlinhos Almeida entra em votação na semana que vem; maior parte das alterações propostas ao texto é de autoria da própria base aliada do governo, que tem ampla maioria no Legislativo

CLÁUDIO CÉSAR DE SOUZA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O projeto do prefeito Carlinhos Almeida (PT) de revisão da Lei de Zoneamento de São José dos Campos recebeu 66 emendas na Câmara.

A maior parte das alterações propostas é de autoria de vereadores aliados do governo —hoje, a bancada de sustentação é formada por 17 dos 21 parlamentares.

Já a bancada de oposição, limitada aos quatro vereadores do PSDB, protocolou 16 emendas, a maioria com objetivo de impedir mudanças na Lei de Zoneamento que entrou em vigor em agosto de 2010, no governo Eduardo Cury (PSDB).

O prazo para apresentação de sugestões individuais de modificações ao texto terminou na última sexta-feira, mas novas alterações poderão ser apresentadas por meio da Comissão de Planejamento da Câmara.

Os vereadores poderão ainda propor emendas no dia da votação, mas elas precisarão ser assinadas por pelo menos 14 dos 21 parlamentares (dois terços).

Transparência. A Câmara marcou a votação do projeto para o próximo dia 23.

Ontem, o Legislativo promoveu audiência pública para discutir o projeto, que foi marcada por embates entre moradores e representantes da construção civil (leia texto nesta página).

O projeto de Carlinhos chegou à Câmara no final do mês passado e prevê alteração em 67 dos 309 artigos da

NOVO TEXTO

Prefeitura já projeta uma nova revisão da Lei de Zoneamento, mais ampla, a partir do segundo semestre

Lei de Zoneamento, a maioria corrigindo redações.

As mudanças contemplam três eixos: 'destravar a cidade para o desenvolvimento, possibilitar e facilitar a implantação de programas habitacionais que ofereçam moradia popular e corrigir erros e falhas no texto original (veja quadro).

"Não existe risco de as emendas dos vereadores desfigurarem o projeto do governo. Aliás, algumas das emendas nem chegarão a ser votadas porque são praticamente iguais ao texto mandado pelo prefeito", disse o presidente da Comissão de Planejamento da Câmara Shakespeare Carvalho (PRB).

Segundo ele, as emendas estarão disponíveis a partir



Integrantes do movimento sem-teto foram ontem à Câmara para cobrar a transformação do Pinheirinho em Zona de Interesse Social

"Viemos aqui para que, se o prazo de emendas já acabou?"

MARIA LÚCIA GARCIA
PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE BAIRRO DO ESPLANADA

"A atual Lei de Zoneamento não é boa. Ela parou a cidade. Tem que se revisar a Lei de Zoneamento e também o Plano Diretor"

CARLOS VILHENA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS

"A transformação da área do Pinheirinho em Zeis será uma forma de fechar a ferida aberta com a violência contra os moradores realizada durante a desocupação do terreno"

ANTÔNIO DONIZETE FERREIRA
ADVOGADO DOS SEM-TETO

"As sugestões da população que forem viáveis poderão ser incorporadas ao projeto com emendas da Comissão de Planejamento"

SHAKESPEARE CARVALHO (PRB)
PRES. COMISSÃO PLANEJAMENTO

"Não acredito que as emendas vão desfigurar o projeto do governo"

EMMANUEL DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

de hoje no site da Câmara (www.camarasjc.sp.gov.br) ou poderão ser consultados no prédio do Legislativo.

"O objetivo é dar transparência. Até por isto há acordo entre os vereadores para que novas emendas não sejam apresentadas no dia da votação. Se houver necessidade de mais emendas, elas serão incluídas através da Comissão de Planejamento."

Análise. O secretário de Planejamento, Emmanuel dos Santos, disse que o governo analisará as emendas para evitar que o projeto original seja 'desfigurado'.

"Não me assusta este número de 66 emendas. Vamos analisar do ponto de vista técnico e administrativo. As que tiverem problemas e forem prejudicar o projeto, vamos procurar conversar com os vereadores para evitar que o projeto do governo seja desfigurado."

Ele não viu problemas na realização da audiência pública pela Câmara já após o fim do prazo para apresentação de emendas individuais.

"As audiências públicas realizadas pela Câmara e pela prefeitura foram termômetros dos anseios da população", afirmou o secretário.

"As informações coletadas vão ajudar os vereadores na hora da votação", disse. ●



Comente esta reportagem no site www.ovale.com.br

CONSULTA

Audiência vira embate entre governo e oposição

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A audiência pública realizada ontem pela Câmara para discutir as mudanças na Lei de Zoneamento foi marcada por reclamações sobre a falta de transparência nas emendas apresentadas pelos vereadores e sobre a necessidade de ampliação das consultas aos moradores antes da votação do projeto de lei.

Cerca de 500 pessoas lotaram o plenário da Câmara, em reunião que durou quase quatro horas.

"Fui vereador por 20 anos e nunca votamos projetos como este com urgência. Tem que fazer audiência pública em todos os locais onde haverá mudanças", disse o ex-vereador Luiz Paulo Costa ao utilizar o microfone durante o evento.

O prefeito Carlinhos Almeida compareceu à audiência, mas optou por não compor a mesa nem se manifestar.

No período dedicado às manifestações da população, pelo menos cinco moradores do Jardim Esplanada reclamaram sobre as mudanças previstas para o bairro, como a abertura de escolas e mais pontos comerciais em avenidas residenciais como a Rio Branco.

Representantes dos ex-moradores do Pinheirinho voltaram a cobrar a transformação da área da região sul em Zeis (Zona Especial de Interesse Social) para facilitar a construção de casas para os sem-teto. Eles foram apoiados com gritos e tapas nos vidros desferidos pelas cerca de 50 pessoas que se aglomeraram na galeria do plenário.

Prédios. Já os representantes de entidades da construção civil reclamaram da atual legislação, que segundo eles atrapalha novos empreendimentos imobiliários. ●

MEMÓRIA

Lei atual vigora há menos de três anos

A atual Lei de Zoneamento de São José foi editada em agosto de 2010 pelo ex-prefeito Eduardo Cury (PSDB). Entre outras mudanças, ela estabeleceu a altura máxima de 15 andares para novos prédios em bairros adensados da cidade. A restrição foi criticada por empresários da construção civil, que consideraram a medida um entrave ao crescimento de São José.

SAIBA MAIS

Zoneamento

A Lei de Zoneamento disciplina o crescimento da cidade, estabelecendo, por exemplo, o tamanho das construções e o tipo de atividade permitida em cada região

A PROPOSTA DE CARLINHOS

Prédios

Libera a construção de prédios de até 15 andares em 115 terrenos com menos de 3.000 metros quadrados nos bairros Parque Industrial, Jardim Satélite, Monte Castelo, Vila Maria e São Dimas. Hoje, só podem ser usados para a construção de prédios áreas acima de 3.000 metros quadrados

Prédio popular

Acaba com a obrigatoriedade de os empreendimentos destinados à população de baixa renda serem edificadas somente na forma horizontal (casas), passando a permitir também a construção de prédios

Habitação social

Cria Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social) nos bairros Interlagos, Bom Retiro, Jardim São Leopoldo e Putim para a construção de empreendimentos habitacionais populares

Corredores

Libera a construção de escolas em corredores viários

Recuos

Pela lei em vigor, os empreendimentos devem respeitar recuos de 10 metros à frente e de 5 nas laterais e fundos. Com as mudanças, eles passariam para 5 metros à frente e 3 nas laterais e fundos